



**MUNICÍPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

2.

**ATA N.º 52/XIII-3º/2021-25**

1 – Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, pelas 21H00, nas instalações da Associação Cultural e Desportiva da Quinta do Bau Bau, sita na Rua Francisco Martins, lotes B-C, na Freguesia da Sobreda, realizou-se a terceira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de abril da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 – Período de Antes da Ordem do Dia;

3 – Período da Ordem do Dia (continuação):

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação dos Júri de recrutamento dos cargos dirigentes do Município de Almada”;

3.8 – Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Ivan Gonçalves, pelo 1.º Secretário Ivo Almeida e pela 2.ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Olga Natália Maia Mariano (PS); José Alberto Azevedo Lourenço (CDU); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Geraldes (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); Luis Amado Durão (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Inês Pizarat Correia Bom (BE); Karim Hassan Quintino (BE); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Sara Sofia Martins Pinheiro (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS); Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (IND); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 – Nos termos e para os efeitos do n.º 3, do artigo 42.º do Regimento da Assembleia Municipal de Almada, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) Bruno Ramos Dias (CDU), Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU) e Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/ António Paulo Júnior (CDU), Maria Teresa Silva Rodrigues Cardinho (CDU), por impedimento de Andreia Sofia Egas (CDU), de António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU), Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU), António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU) e António José Olaio da Silva (CDU).

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pela eleita Senhora Maria do Ceu Sousa da Silva; a Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito João Pedro Eixa dos Santos.

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta justificada da Senhora Deputada Municipal Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU).



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal a ausência do Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco e da Vereadora Joana Rodrigues Mortágua.

4.3 – Para informar a Assembleia Municipal da renúncia ao mandato da Senhora Vereadora Maria das Dores Meira, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

4.3.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De uma forma muito breve, queria dar nota de algo que penso que já é do conhecimento de todos que foi o pedido de renúncia da Senhora Vereadora Maria das Dores Meira, sendo substituída pelo Senhor Vereador Tiago Galveia.

Deixar uma nota de agradecimento pelo seu trabalho nestes últimos 3 anos e desejar naturalmente, felicidades à Senhora Vereadora no futuro, e desejando também felicidades ao Senhor Vereador Tiago Galveia pela sua função agora permanente.”

5 – Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Múncipes

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhores Múncipes;

As intervenções serão gravadas e transmitidas no canal de Youtube da Câmara Municipal de Almada, pelo que é importante que os Senhores Múncipes e toda a Assembleia o saibam, gravação essa que se estende a todas as respostas que se seguirão.

5.2 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes Inês Pascoal, Eliana Mendes e Maria Joaquina.

5.2.1 – A Senhora Múncipe Inês Pascoal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Venho aqui hoje apresentar a petição “Contra o alargamento do IC20”. O meu nome é Inês Pascoal e estou aqui em representação de mais de 2800 pessoas.

A nossa petição foi criada por almadenses e especialistas de mobilidade, é apoiada por um coletivo local, uma associação local e sete associações de âmbito nacional, das áreas do ambiente, do urbanismo e mobilidade sustentável. Recolheu mais de 2800 assinaturas até à data.

Uma breve contextualização à petição.

No dia 18 de setembro do ano passado, foi anunciado em reunião de Câmara Municipal de Almada, o alargamento do IC20, para 4 vias por sentido, num troço de quase 4 Km. Esta obra está a cargo da Autoestradas do Baixo Tejo, uma subconcessionária da Infraestruturas de Portugal.

No contrato de concessão refere que o aumento de vias é realizado quando é ultrapassado um determinado número de carros, salvo instrução em contrário pela Infraestruturas de Portugal.

Nesta zona do IC20 registam-se mais de 60 mil veículos por dia, o que supostamente implica o tal aumento de 3 para 4 vias para carros.

Este contrato resulta de uma visão caduca na gestão da mobilidade, que já deveria ter sido alterado e não foi dada nenhuma instrução em contrário à realização desta obra, mesmo tendo havido uma petição com mais de 2500 assinaturas na altura, revelando uma total franca falta de transparência e capacidade de integração da população, da comunidade.

Os nossos motivos para estarmos com o alargamento do IC20, é que aumentar o número de vias fará com que aumente o número de carros a longo prazo. Uma vez aumentada a capacidade rapidamente será preenchida, é



um fenómeno chamado “procura induzida” que é muito conhecido por quem estuda esta matéria. Portanto, não se vai resolver o problema do congestionamento do IC20 a longo prazo. Os principais estrangulamentos resultam das zonas onde a capacidade rodoviária afunila, portanto, nos principais acessos locais e à Ponte 25 de Abril. O efeito de Bottleneck, ou seja, o estrangulamento garrafa, vai tender a aumentar já que os automóveis vão chegar a este mesmo estrangulamento principalmente nas horas de ponta.

Esta obra vai contra a estratégia climática nacional que vincula o país, Portugal, a Europa, o mundo, a reduzir as suas emissões de gases com efeito estufa, que são causados principalmente pelo trânsito rodoviário, como todos nós sabemos.

Então que medidas prioritárias é que achamos pertinentes que sejam implementadas no nosso território de Almada?

Uma aposta clara na mobilidade sustentável, que são transportes públicos e mobilidade suave; o metro até à Costa da Caparica que já está em estudo o novo percurso; a melhoria do serviço dos barcos da Transtejo, principalmente na Trafaria, aumentando a frequência e o alargamento do horário, que é inexistente à noite, por exemplo, mesmo antes de se ponderar ou de pensar fazer uma nova travessia para carros no Tejo a partir da Trafaria. A melhoria da ligação ferroviária na Ponte 25 de Abril, com mais frequência e o número de carruagens de comboios e alargamento do serviço até ao Oriente e gostava de dar nota que os comboios andam cheios mesmo fora das horas de ponta, mesmo aos fins de semana, eu ando lá e consigo verificar e quem andar também consegue verificar.

O alargamento da rede ciclável para a Costa da Caparica e Trafaria e requalificação das ciclovias existentes que estão em estado avançado de degradação e a requalificação dos percursos pedonais para entrar e sair da Costa da Caparica que são utilizados por muita gente que anda em condições miseráveis.

Onde é que levamos a nossa petição no dia 19 de dezembro de 2023, fomos apresentar a petição à Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, na Assembleia da República, tendo tido o apoio de todos os partidos presentes nesta audição, ou seja, o PS, PCP, PSD e Bloco de Esquerda, do antigo Governo, todos concordaram que a obra não vai resolver o problema do congestionamento, como todos sabemos o Governo sofreu alteração. No dia 9 de abril já deste ano, tivemos uma reunião na Câmara Municipal de Almada com o Vereador José Pedro Ribeiro, e as notícias não nos parecem totalmente positivas.

Então o queremos da Câmara Municipal de Almada? Exigimos que a Câmara Municipal enquanto representante do interesse da comunidade, encontre formas de tornar este processo mais transparente, onde é que podemos consultar informação sobre esta obra, o que é que está a acontecer, quais são as alterações que foram feitas depois de nós termos apresentado esta petição à Assembleia da República, que promova a consulta pública à população, o que é que as pessoas querem, o que é que as pessoas precisam, consulte e fundamente as decisões em organizações especializadas em matéria urbana, ambiente e sustentável, e que seja exigido um outro futuro para este alargamento que já está a ser feito, garantindo que seja uma via Bus, e uma ciclovia. Soluções que continuem a promover a mobilidade em automóvel, existem vários estudos e não são todos recentes, que demonstram a ineficácia deste tipo de soluções de Kaichering a longo prazo.

No fundo gostaríamos que a Câmara Municipal de Almada tornasse pública qual é a sua visão na gestão do território, o que defende para esta 4ª via e de que forma pretende envolver a população neste processo.

Somos muitos, mais de 2800 pessoas e estamos contra o alargamento do IC20 para carros. Pedimos a melhoria dos transportes públicos e infraestruturas para mobilidade suave.”

5.2.2 – A Senhora Múncipe Eliana Mendes:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu Eliana Mendes, em nome da direção da Associação de Pais da Escola Básica do Alfeite, retornamos a esta tribuna quando tal não era o nosso desejo.

8.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Nos últimos dias, as preocupações dos pais e encarregados de educação das crianças da Escola Básica do Alfeite, não apenas persistem, mas, intensificaram-se.

A resposta a estas preocupações solicitamos com carácter de urgência uma audiência à Senhora Presidente da Câmara Municipal no dia 22 de abril para expor as nossas inquietações. Infelizmente, a Senhora Presidente da Câmara, não respondeu ao nosso pedido. Diante da falta de resposta da Senhora Presidente, não nos restou outra alternativa senão reforçar publicamente, as nossas preocupações. É por isso que estamos aqui hoje.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal insiste em realizar de forma precipitada a transferência da Escola Básica do Alfeite, para a Escola Comandante Conceição e Silva, que não possui condições adequadas para receber o pré-escolar e 1º Ciclo.

Possivelmente, a Senhora Presidente desconhece que até à presente data 29 de abril de 2024, passados 15 dias do arranque das matrículas, no Portal de Matrículas, ainda não é possível efetuar a inscrição tanto para a Escola Básica do Alfeite, quanto para a Escola Comandante Conceição e Silva.

Matrículas que iniciaram a 15 de abril e terminam a 15 de maio. O tempo urge. Com a proximidade do mês de maio, aumenta a preocupação com a disponibilidade das empresas para executar as obras indispensáveis na Escola Comandante Conceição e Silva.

Até ao momento, o Centro de Apoio Social do Alfeite, tem recebido apenas informações da Associação de Pais, pois a Senhora Presidente, ainda não se dignou a fornecer qualquer informação ao mesmo sobre a intenção de mudança da escola.

Esta incerteza, instabilidade, está a gerar profunda angústia e desconforto nos pais, nos funcionários e até mesmo nas crianças.

Estamos aqui hoje para reiterar a nossa posição, defendendo que é possível realizar essa mudança de forma correta, com respeito pelas pessoas. Acreditamos que é mais prudente, aproveitar o próximo ano letivo, para realizar as intervenções necessárias na Escola Comandante Conceição e Silva, para só então receber alunos, professores e funcionários, garantindo as melhores condições de segurança e o desenvolvimento educativo para as nossas crianças, são um incomodo de obras e incerteza quanto à mudança.

Encerramos reafirmando, que esta é a posição de toda a comunidade educativa, expressa em abaixo-assinado com cerca de 500 assinaturas recolhido em 24 horas à porta da Escola, o qual agora apresentamos aqui.

Apelamos aos Senhores Deputados Municipais que apoiem a nossa causa.”

5.2.3 – A Senhora Muniçipa Maria Joaquina:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Mais uma vez, a alegria que esta associação tem e a honra de ver aqui reunida a Assembleia Municipal.

Porque me parece, por algumas coisas que eu vi, que há quem tenha dúvidas ou não saiba, eu permito-me vir aqui explicar como é que esta Associação criou esta casa grande. Não caiu do céu, não nos saiu na farinha amparo. Foram muitos anos de muito trabalho, de muito boa gestão e ainda inacabada. Mas sempre aquilo que foi gastando, foi sempre criando mais funcionalidade e melhor uso.

A Associação formou-se no dia 20 de junho de 1997. Eu não estava cá, não vivia ainda no Bau Bau, mas no dia 9 de março, porque ia a todas as reuniões da Câmara, e Assembleia Municipal dessa época, sabia que a Câmara Municipal cedia direito de superfície aos espaços que os urbanizadores cediam à Câmara Municipal. E então, lá fomos falando e no dia 9 de março de 2002, a Câmara Municipal fez a escritura de cedência em direito de superfície à Associação. E só no dia 12 de abril de 2008, conseguimos, porque a escritura dizia que dentro de dois anos tínhamos que apresentar projeto, e nós cumpridores, fizemo-lo. Só no dia 12 de abril de 2008, inauguramos aquela parede que ali está, que é a nossa 1ª obra, era preciso fazê-la para fazer o campo, porque senão havia deslizamento de terras, tem 40 metros de comprimento, 4 metros de altura e 40 centímetros de largura. E é a nossa primeira grande obra.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

2.

Inauguramos o campo, inauguramos o parque infantil, e todos os anos íamos juntando e inventando dinheiro para podermos fazer os orçamentos dentro do projeto que também nos foi oferecido pelo Arquiteto Carlos Gomes, para que a Câmara Municipal ao dar-nos os 50% ou 40%, nós tivéssemos a outra parte para completar a obra, porque tínhamos que entregar recibos dos 100%. Mas, a Câmara ao dar 40% ou 50%, nós pagávamos os 23% do IVA, portanto, só nos ficavam 27% o resto era todo nosso.

Fizemos de tudo, calendários durante 12 anos, calendários que distribuímos pelas escolas do Concelho, fazemos saquinhos de alfazema, fazemos artesanato, fazemos doçaria, todo o material, sócios deram material, cheguei a ir encomendar uma camioneta de tijolo, estava uma pessoa que me conhecia e me perguntou o que é que eu estava ali a fazer e quando chegou à camioneta à obra e fui pagar, só paguei meia camioneta porque o Senhor tinha pago a outra metade.

E foi assim, bocadinho a bocadinho, que nestes anos todos construímos esta casa, sempre pensando que íamos devagar, mas íamos deixar para o futuro um espaço digno, alguma coisa que não dissesse, que quiseram fazer obra só para fazer vista.

Portanto, é com muito orgulho, a Câmara deu-nos o apoio que pôde, foi muito importante que também e acho muito justo, nós nunca pedimos dinheiro à Câmara Municipal que não fosse para aplicar no equipamento, todo o resto é dinheiro que temos que inventar. Vendemos tudo, uma vez disse ao Vereador Matos que já andava a vender do património, porque fiz pecinhas com as pedras do terreno, e vendemos. Não tínhamos mais nada para vender, inventamos presépios e figuras com as pedras do Bau Bau.

Portanto, meus amigos, o lema desta casa é seja bem-vindo quem vier por bem, serão todos bem-vindos e talvez por isso percebam porque é que nós gostamos tanto da nossa Associação.

Temos um painel na entrada, cada pessoa que lá tem um azulejo deu pelo menos 50 euros, deu do seu bolso, até o Vereador Matos, não teve outro remédio, teve que me dar 50 euros, ele e a Senhora Presidente da altura, por um azulejo que lá está. Não foi por sermos bonitos, ele deu os 50 euros por isso lá tem um azulejo. Tem a Câmara Municipal, tem os SMAS, tem a Junta de Freguesia da Sobreda e algumas das empresas que também nos ajudaram neste caminho.

Está assim, portanto, apresentada. Não está completa, falta-nos uma coisa muito importante, que eu gostaria de ver ainda realizada.

Nós temos um teto de 464 metros quadrados, energia fotovoltaica, porque é que não podemos fazer um projeto inovador, a energia pública poderia ser, todas as pessoas estariam dispostas a colaborar e fazer um projeto piloto, sermos autónomos em termos de eletricidade e pagar a luz da rua. Vamos pensar nisso, pensar e idealizar não custa nada, antes pelo contrário, dá energia.

O Meu Bairro, saudar muito essa iniciativa, é por esse caminho, de ouvir, de explicar, de proximidade. O que nos faz perder espaço, é que alguns conhecem-nos e dizem a cada um aquilo que eles querem ouvir. É preciso é dizer a cada um aquilo que ele quer ouvir. Nós queremos e precisamos de diálogo, de perceber uma parte e outra. Quando nós elegemos alguém, não lhe damos poder, damos-lhe dever. Eu na Associação, modesta Associação, eu só tenho o dever mais dever do que ninguém, e entendo assim de toda a gente. Por isso é preciso que todos se ouçam e se expliquem, governantes e governados, e que todos conheçam o passado para poder decidir no presente, aquilo que desejamos para o futuro.

A Memória e o património, são pilares indispensáveis da vida. E temos a memória da nossa escola primária da Sobreda."

5.2.1 – Em resposta aos Senhores/as Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra o/a Senhor/a Deputado/a Municipal João Eduardo Geraldês (CDU), Inês Pezarat Bom (BE), a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada.

5.2.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

8.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Quero começar por cumprimentar a Senhora Dona Maria Joaquina e agradecer mais uma vez por nos receber nesta casa.

Dizer que acho uma ótima ideia os painéis fotovoltaicos, como sabe, nós estamos a fazer vários projetos no âmbito daquilo que são as comunidades de energia. Portanto, fica já aqui gravado, fica já aqui indiciado, irei naturalmente, indicar a vossa disponibilidade ao nosso serviço de ambiente que está a liderar esse projeto. Felizmente, há um novo enquadramento, não basta pôr painéis fotovoltaicos, convém sim, reunir uma série de imóveis onde se possa pôr painéis fotovoltaicos e criar a chamada comunidade energia.

Portanto, agradeço desde já a vossa disponibilidade e não posso estar mais de acordo, de facto, quando somos eleitos não temos poder, só temos deveres e eu sei bem do que está a falar, e nunca me esqueço até porque os almadenses não me deixam esquecer.

Relativamente à Senhora Múncipe Inês Pascoal, que eu saúdo e cumprimento, eu penso que já conhecem o projeto e eu acho que é claro, aliás, eu tenho estado a pedir aqui quando é que é o projeto inclusivamente nós já o publicamos nas nossas redes sociais. Como disse e bem, não é um projeto que esteja nas mãos da Câmara Municipal, eu acho que fomos muito claros. Em primeiro lugar, a Câmara Municipal não acolheu com bons olhos esta proposta, mas de facto, é uma proposta que nos ultrapassa dentro daquilo que são as nossas competências. Saudamos naturalmente, todos os signatários da petição e o que nós temos tentado e estávamos a negociar com o anterior Governo e eu já mandei um ofício ao novo responsável da tutela para justamente podermos falar nisso. Havendo uma obrigação legal de um contrato, que eu não posso dizer que não seja transparente, o contrato é transparente e uma necessidade de um alargamento da uma nova via, de facto, o que estava em cima da mesa era a possibilidade de ter um corredor Bus e ter de facto uma via de Kaichering que não é o ideal, ou não resulta, sempre é melhor que as pessoas partilhem o carro do que ter cada um uma viatura, uma pessoa por viatura essa é que não é certamente condição. Para além disso, estávamos e estamos ainda a negociar a reformulação de todas as passagens pedonais e fizemos inclusivamente, uma proposta de criação de um novo viaduto pedonal e ciclável na zona das Casas Velhas, para melhorar a ligação entre a Universidade e as habitações em frente e toda a zona residencial em frente, para que pelo menos nessa zona não seja de facto, necessário usar o carro individual.

Relativamente ao metro não vou insistir, tomamos boa nota de todas as propostas.

Agora, concordando com muito do que foi dito, só não posso concordar é que a Câmara Municipal não tenha sido clara nem transparente. Isso aí, peço desculpa, não há nenhuma intervenção onde não tinha dito claramente qual é a intenção da Câmara Municipal. E todos os projetos que temos lançado são muito claros, numa aposta fortíssima. Almada foi aquela que fez um plano rodoviário mais ousado e talvez por isso sejamos o Município que mais paga aos transportes no Distrito de Setúbal.

Portanto, apostamos forte na nova rede rodoviária de Almada, que tinha carências enormes, não será ainda perfeita, mas melhorou imenso, com dificuldades é verdade, no início, mas melhorou imenso. Continuamos a apostar e a lutar relativamente à extensão do metro, continuamos a defender inclusivamente, que uma nova travessia no Tejo, que possa ter transporte público para que seja mais fácil poder atravessar o Rio, não faz sentido que o Rio seja uma barreira e não seja um ponto de união, com transporte público, nós obviamente apostamos nisso e estamos a finalizar todo o desenho da nova rede ciclável e a lançar obras de reabilitação da rede ciclável. O território nem sempre é fácil, uma rede ciclável que seja uma via alternativa, que não seja uma via de passeio, nada contra as vias de passeio, mas que seja de facto, uma rede ciclável alternativa ao transporte individual.

Relativamente à Senhora Múncipe Eliana Mendes, eu peço desculpa de facto, pediu uma audiência no dia 22, estamos no dia 29, e como deve imaginar, estes últimos dias, esta última semana, e bem, foram um pouco preenchidas com uma série de cerimónias oficiais e momentos muito importantes, não só ao nível da nossa comunidade local, mas também ao nível nacional.

Portanto, aqui também, ouvindo e compreendendo a angústia dos pais, não posso aceitar e não aceito, algumas das afirmações aqui feitas. Ou seja, que há opacidade, que estamos a insistir para precipitar a mudança, eu volto



a dizer aquilo que já disse, em várias Assembleia Municipais, a seguir à Assembleia Municipal, as crianças só sairão do Alfeite quando houver condições na Conceição e Silva. Eu não posso ser mais clara. E não há ninguém, não há nenhum autarca, nem a DGEST autorizaria, estar a mudar crianças sem condições. Portanto, eu agradecia que a Associação de Pais, não continuasse a insistir e a angustiar os pais, sem qualquer razão. O compromisso é claro. As crianças só sairão do Alfeite quando a Conceição e Silva estiver em condições de as acolher. Não posso ser mais clara. E posso continuar a repetir até ao fim.

Portanto, respeitando as 500 assinaturas, permitam-me, com a mesma frontalidade com que sempre vos falei, que tenho dificuldade sequer em entender, como é que continuam em vez de acalmar os pais, não alimentar a angústia de forma falaciosa porque já têm esse compromisso várias vezes expresso em público e gravado. Agora, uma coisa vos digo, mesmo que saíssem agora, coisa que não vai acontecer, para a Conceição e Silva, garanto que estariam mais em segurança do que estão no Alfeite. E isso como sabem, parte da escola está interdita e foi a própria Associação de Pais que me disse de forma natural, que volta e meia os meninos fugiam e lançavam-se pela Base do Alfeite e que era preciso avisar os militares e procurar os meninos. Isto não me foi contado por nenhum professor, foi-me contado pela Associação de Pais. Portanto, vamos ver se nos entendemos. Aquela escola não tem condições, aquela escola não tem forma de ter condições, aquela escola não pertence ao Município e qualquer dia aquela escola será pelas autoridades retirada da rede.

Portanto, nós estamos a fazer tudo o que é necessário, para criar condições para os meninos, sobretudo meninos pequeninos, poderem ir em segurança para uma nova escola requalificada e em condições.

E há uma coisa que eu sei, eu confio plenamente, na nossa rede escolar, no nosso Conselho Municipal de Educação, e nos diretores dos agrupamentos, para saber que eles próprios seriam os primeiros a nunca aceitar mudar crianças para um espaço sem condições.

Portanto, agradecia, tenho todo o gosto em vos receber, ainda não foi possível marcar, mas agradecia que as minhas palavras ditas aqui em Assembleia Municipal, o Órgão máximo de Almada em que as reuniões estão sistematicamente gravadas, que tivessem algum valor. Porque não é na nossa reunião à porta fechada, que terão mais valor. É aqui, olhos nos olhos, com os almadenses, com os pais dos meninos, que vos digo, nenhuma criança ira para uma escola que não tenha condições para a acolher.”

5.2.1.2 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu pedi a palavra só para fazer aqui uma clarificação relativamente a uma matéria que não depende da Câmara Municipal.

Efetivamente, o Portal das Matrículas tudo o que nós tínhamos a fazer fizemos atempadamente, e comunicamos atempadamente, mas houve questões técnicas da plataforma que nós já pedimos, logo que vimos, porque vimos logo no dia em abriu, que havia de facto, duas situações que não estavam corretas e já pedimos a correção exatamente do Portal das Matrículas para que apareça exatamente, as matriculas abertas, no sitio onde devem aparecer.

Relativamente ao resto, eu acho que a Senhora Presidente da Câmara disse tudo, o diálogo tem sido mais que claro, aquilo que foi dito foi que havia um plano de trabalho e o horizonte era setembro de 2024, no mesmo momento e na mesma altura falei com o Senhor Diretor do Alfeite, disse-lhe exatamente mesmo e disse-lhe que, se houvesse alguma alteração neste plano, também lhe comunicaria.”

5.2.1.3 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para dar nota do seguinte: mais uma vez tivemos aqui os pais dos meninos da Escola Básica do 1º Ciclo do Alfeite, que nos vieram aqui trazer a sua angústia e a sua grande preocupação relativamente à situação que estão a atravessar face ao próximo ano letivo que está prestes a começar e que não têm respostas objetivas relativamente aquilo que fazer com os seus filhos.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Aquilo que nós gostaríamos de aqui deixar registado e obviamente que, temos como boa a informação que a Senhora Presidente da Câmara aqui nos deu e que a Senhora Vereadora aqui nos deu, relativamente aos processos que estão em curso, aquilo que gostaríamos de registar aqui, na nossa opinião a Câmara Municipal devia fazer tudo aquilo que estiver ao seu alcance no sentido de sossegar esta questão, no sentido de responder objetivamente a esta questão, porque a Senhora Presidente faz um ar de espanto, mas o facto é que nós estamos a assistir repetidamente, a vinda dos pais aqui com preocupações. Portanto, eu penso que pelo menos, devia ser dado crédito relativamente aquilo que os pais aqui nos vêm dizer.

Portanto, aquilo a que nós apelamos, é que a Câmara Municipal, exerça as suas competências e faça tudo aquilo que estiver ao seu alcance no sentido de rapidamente resolver este problema.

Eu chamo a atenção, o Portal das Matrículas, encerra no dia 15 de maio, encerra daqui a 15 dias. E os pais neste momento, não têm resposta, independentemente de haver problemas técnicos ou não haver problemas técnicos, os pais estão confrontados com falta de resposta a 15 dias do encerramento do Portal das Matrículas. É esta questão. E aqui o que apelamos é que a Câmara Municipal desenvolva todo o esforço que puder e para além daquilo que puder, no sentido de sossegar esta situação que não é desejável para ninguém."

### 5.2.1.4 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu não sei como posso ser mais clara. Nenhuma criança será retirada do Alfeite se a Conceição e Silva não estiver em condições. Nenhuma. Da minha parte eu não sei como é que posso ser mais clara.

### 5.2.1.5 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente às matrículas a questão é simples. A situação vai ser corrigida, os pais vão ter tempo, inclusivamente, aquilo que a Câmara Municipal pode fazer porque não é uma atuação que dependa da Câmara, a Câmara informou tudo devidamente e na devida altura fez o reajuste da rede para ser feito o reajuste das matrículas, nós estaremos atentos e velaremos para que não haja qualquer problema com a inscrição dos meninos seja no Alfeite, seja na Conceição e Silva. É essa a promessa que vos deixo."

### 5.2.1.6 – A Senhora Deputada Municipal Inês Pezarat Bom (BE):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Acho que aquilo que também importa perguntar aqui é, então quando é que essas condições estarão presentes, quando é que a Câmara Municipal resolverá fazer essas intervenções na Conceição e Silva, porque aquilo que estamos a assistir é constantemente a haver problemas nos edifícios das escolas, que são responsabilidade da Câmara Municipal e, portanto, a Câmara Municipal tem responsabilidade sobre esses edifícios, sobre a segurança das crianças e este assunto já se arrasta há muito tempo, portanto, quando é que estarão resolvidas e as condições para resolver então a resolução desta questão?"

### 5.2.1.7 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dizer que é claro o plano de trabalho. Não sei o que é que podemos dizer mais. O plano de trabalho já veio a Câmara um protocolo para a realização das obras, as outras são desenvolvidas pela Câmara Municipal, aquilo que eu lhe posso dizer é: se no plano que está traçado e foi o que a Senhora Presidente acabou de dizer, as condições não estiverem, não vão. Eu não sei o que é que aqui não está claro, está tudo claro."

## 6 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia (continuação):

6.1 – Entrou-se no ponto 3.7 da ordem de trabalhos relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Designação dos Júris de recrutamento dos cargos dirigentes do Município de Almada";

6.1.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira;



6.1.1.1 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta é uma proposta que já foi a reunião de Câmara, terá de ser sufragada aqui em Assembleia Municipal, tem a ver com a nomeação dos júris para abertura de concursos dos dirigentes do Município, sabemos que com a transferência de competências e no âmbito dessa transferência foi preciso ajustar permanentemente à orgânica as realidades e as necessidades que iam surgindo. Portanto, a acrescentar a isso, a complexidade de todo este processo que precisa de ter júris com determinadas características e inclusivamente com elementos exteriores ao Município, portanto, foi um processo complexo, não foi difícil, mas foi complexo e temos já aqui para propor a constituição de 37 júris, esta é a proposta que aqui vos trazemos, é da submissão da presente proposta de deliberação da Assembleia à Assembleia Municipal para aprovação da composição dos júris de recrutamento dos cargos de direção superior intermédia, constantes dos anexos à presente proposta.

Estão aí todos os 37 júris e as respetivas componentes do júri

Temos um outro ponto da mesma proposta em que se pede a aprovação para fixação de 85,82€, porque temos alguns membros do júri que não têm regime jurídico de emprego público, se não tiverem regime jurídico de emprego publico temos que custear a sua deslocação.

Portanto, essa é a verba e é isto que está à vossa aprovação.”

6.1.2 – No debate usaram da palavra o Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU), a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.1.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta sublinha e bem, a imperativa necessidade de cumprimento da Lei, designadamente a Lei nº 49/2012, que como é referido na proposta aprova o estatuto do pessoal dirigente das Câmaras Municipais, adaptando a estes dirigentes a Lei 2/2004, alterada pela Lei 64/2011, ambas referentes ao estatuto dos dirigentes da Administração Central, e nesse âmbito fixa os procedimentos e a forma como esses dirigentes são nomeados para os respetivos cargos.

A questão que a CDU aqui coloca, é saber por que razão a Câmara Municipal e a maioria PS, não sentiram necessidade de cumprir a Lei entre julho de 2022, data em que a estrutura orgânica dos serviços municipais de Almada foi aprovada e abril de 2024, o dia de hoje, data em que 21 meses após aquela aprovação, a Câmara Municipal decide avançar com os procedimentos concursais a que a lei nº 49/2012, obriga.

É esta questão que gostaríamos que a Senhora Presidente da Câmara nos esclarecesse tanto mais que se trata de um reiterado incumprimento, já que a mesma situação ocorreu relativamente à anterior organização orgânica dos serviços municipais, aprovada em setembro de 2018 e relativamente à qual nunca foram abertos procedimentos concursais para os lugares de direção que integrava.”

6.1.2.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Uma resposta breve ao Senhor Deputado João Galdes, repetindo aliás, algo que ele já ouviu várias vezes.

Há aqui uma questão que é um desafio grande, que era no âmbito da transferência de competências, num processo muito complexo, para o qual nós, Almada, era tudo novo, houve de facto, uma série de reestruturações e fomos fazendo a reestruturação dos serviços de forma progressiva. Para além da adaptação dos serviços às novas exigências, houve um grande empenho em abrir mais concursos para reforçar as equipas e para qualificar as equipas da Câmara Municipal. Volto a dizer, quando nós chegamos em 2017, a Câmara Municipal de Almada, tinha 11% de técnicos superiores o que era claramente insuficiente, neste momento tem 25% de técnicos superiores, apesar dos oitocentos novos trabalhadores que teve ao nível do pessoal não docente.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Isto são dados que vêm dos serviços. E nós sabemos, só para dar nota, quando chegamos, o Departamento de Compras da Câmara Municipal, não tinha um único jurista. E o Senhor Deputado vai poder dizer que não é verdade, mas eu desafio-o a mostra a orgânica e quem é que lá estava a trabalhar. Porque pelos vistos, o Senhor Deputado apesar de trabalhar para Câmara nunca lá tinha ido.

Agora, felizmente, nós chegamos a contratar 20 juristas e temos estado a contratar juristas, engenheiros, arquitetos, a reforçar para além dos AT e AO em áreas que são muito difíceis e que eram fundamentais para qualificar e reforçar as equipas da Câmara Municipal.

Depois, uma vez a orgânica estabelecida, pela complexidade daquilo que vão votar, foi muito complexo arranjar júris, porque envolve todo o tipo de cargos de dirigentes, sendo que era também necessário, conseguir junto de outros Município, conseguir a aceitação de elementos para fazerem parte do júri, porque os júris também têm que responder e respeitar cada uma das hierarquias.

Portanto, isto foi um trabalho titânico do Departamento dos Recursos Humanos e em particular também da Senhora Diretora do Departamento a quem eu muito agradeço este esforço.”

6.1.2.3 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Não me surpreende, já esperávamos que a Senhora Presidente fugisse à questão.

Nós perguntamos alhos, a Senhora Presidente responde bugalhos.

Nós perguntamos porque é que a Câmara Municipal não abriu os procedimentos para o preenchimento dos cargos de dirigentes, e a Senhora Presidente respondeu-me que abriu concursos para a admissão de técnicos superiores. São coisas completamente distintas, não têm nada a ver uma coisa com a outra.

Portanto, reitero aqui a pergunta.

Porque é que a Câmara Municipal, a Lei que está em vigor, não prevê dilações no tempo, pelo facto de haver transferências de competências ou não, a Lei é expressa. A Lei diz que em 90 dias tem que abrir os procedimentos. A Macroestrutura da Câmara Municipal foi aprovada em julho de 2022, passaram não sei quantos meses, muito mais do que os noventa dias e nenhum procedimento foi aberto.

Portanto, a pergunta que nós aqui fazemos, é porque é que a Câmara Municipal não sentiu necessidade de cumprir a Lei. É só esta a pergunta que nós aqui fazemos. Porque é que a Câmara Municipal e a maioria PS, não sentiu necessidade de cumprir a Lei a partir de julho de 2022. Mais claro do que isto não posso ser, agora a Senhora Presidente pode. A Senhora Presidente pode se não misturar alhos com bugalhos.”

6.1.2.4 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal, a Senhora Presidente não respondeu à questão dos dirigentes com os outros trabalhadores.

O que disse foi que, o trabalho que tivemos que desenvolver e que nos pareceu prioritário na altura, até porque não sabíamos se no decorrer da aplicação da transferência de competências não teríamos que introduzir, o que até poderá vir a acontecer, outras alterações à orgânica, porque tudo era novo. O Senhor Deputado Municipal não faz uma pequena ideia do que é receber 3 transferências de competências, e eu felizmente ou infelizmente porque isto dá trabalho à cabeça, mas faz bem, eu tive que lidar com as 3 transferências de competências. Portanto, sei bem o que isso significa, o trabalho que deu em termos de Recursos Humanos, não tenho dúvidas sobre isso.

E depois fomos de facto, muito rigorosos na constituição do júri que é outra coisa que também é importante, para depois não termos júris contestados como já aconteceu.

Portanto, acho que, se estivermos todos de boa-fé, é fácil de entender.”



**6.1.2.5 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu volto a dizer, eu acho surpreendente porque eu tento me conter e não responder à letra, mas há momentos em que não é possível.

Nós estamos sempre preocupados em cumprir a Lei, sempre. E desde o final da nova orgânica que iniciamos este processo. Agora, eu pergunto, porque é que a CDU não se sentia obrigada a cumprir a Lei de tal forma que a Câmara Municipal foi várias vezes condenada e alguns dos Deputados aqui presentes ainda se lembrarão, quando nós fomos obrigados pelo Tribunal a reintroduzir 3 divisões que não existiam desde os anos 90, sabe porquê? Por júris que foram considerados ilegais, ilegítimos, e sem autoridade do Tribunal, em última instância. Portanto, ouvir o Senhor Deputado João Geraldês da CDU, vir perguntar porque é que não nos sentimos obrigados a cumprir a Lei, nós cumprimos a Lei e até à data não fomos condenados por nenhum Tribunal, já a CDU é bom que pensasse duas vezes antes de acusar.”

**6.1.2.6 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu não quero obviamente prolongar este debate que é estéril, mas quero aqui reiterar a pergunta que nós aqui fizemos, porque é que a Câmara Municipal não se sentiu obrigada desde julho de 2022 a cumprir esta Lei que está em vigor muito antes desta aprovação desta Macroestrutura e já agora, uma outra pergunta, se o problema era a transferência de competências em julho de 2022, por que razão então a Câmara Municipal aprovou nessa altura uma Macroestrutura? Porque não esperou que a transferência de competências se concretizasse para alterar então a Macroestrutura? Tinha uma Macroestrutura aprovada em novembro de 2018. Estava a funcionar, porque é que não esperou então se tinha preocupações relativamente à transferência de competências, que nem sequer ainda estava colocada em julho de 2022, mas se tinha preocupações relativamente a isso, porque é que não esperou? Porque é que adiantou trabalho relativamente à nove Macroestrutura e não esperou que se concretizasse a transferência de competências?

Mas a nossa pergunta é: porque é que a Câmara Municipal e a maioria PS, decidiu que não cumpria a Lei em julho de 2022?”

**6.1.2.7 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Por acaso alteramos a Macroestrutura em 2018, porque nomeadamente ao nível dos apoios sociais e da habitação pouco mais tínhamos do que um Divisão com pouca gente, mal qualificada, mal preparada e sobretudo sem meios. E de facto, as Macroestruturas que temos vindo a fazer, refletem as nossas prioridades políticas. E o reforço em serviços que queríamos ver junto dos almadenses e que os almadenses até à data não têm. Hoje em dia, têm um departamento de habitação e têm um departamento de apoio social. E eu tenho muito orgulho não apenas no trabalho que fomos fazendo com em todas as equipas que fomos criando e que todos os dias estão no terreno para apoiar os almadenses. São estas as respostas às suas perguntas. Sempre no respeito pela Lei.”

**6.1.2.8 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Já não pensava intervir mais, mas não resisto em dar aqui esta nota: a CDU está totalmente disponível, para discutir no momento certo e quando for entendido, todo o passado e toda a gestão da CDU, que já foi julgada duas vezes neste Concelho. Agora, não compreendemos é que a Senhora Presidente ao fim de 7 anos, continue a insistir, em desculpar as suas insuficiências e os seus erros, com a gestão da CDU que já passou há mais de 7 anos.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Portanto, nós estamos totalmente disponíveis para discutir aquilo que foi o passado da gestão CDU, mas exigimos que a Senhora Presidente, que é Presidente da Câmara Municipal há dois mandatos, cumpra as suas funções e cumpra as suas obrigações.”

6.1.2.9 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para convidar o Senhor Deputado Municipal João Geraldês a ouvir a sua própria intervenção, não fomos nós que invocamos 2018.”

6.1.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação por voto secreto, sendo a proposta aprovada com 20 votos Sim e 17 votos em branco, através da seguinte:

### DELIBERAÇÃO

*Nos termos do artigo 13.º, n.º 1 da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a Assembleia Municipal de Almada aprova a designação dos Júris de recrutamento dos cargos de direção superior e intermédia, nos precisos termos da deliberação camarária de 15 de abril, que aprovou a proposta n.º 2024-128-DRH.*

6.2 – Entrou-se no ponto 3.8 da ordem de trabalhos relativo à apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal.

6.2.1 – Para apresentar a Informação sobre a Atividade Municipal usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, os/as Senhores/as Vereadores/as Maria Teodolinda Silveira, José Pedro Ribeiro, Francisca Parreira e Nuno Matias.

6.2.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou ser muito breve nesta apresentação da Atividade Municipal, até porque os Senhores Deputados têm a documentação convosco.

É uma informação entre fevereiro e março, são poucos meses.

Dito isto, ao nível do ambiente que é área agora da minha tutela, quero salientar a importância nestes dois meses, é um período muito curto, a importância da iniciativa “Almada vamos Compostar” e a compostagem comunitária, que é o esforço que temos estado a fazer em todas as áreas do ambiente, de poder alargar as políticas de ambiente porque sabemos que é um esforço comum, tanto do Município como de cada um dos almadenses.

Dar nota também, e isso cruza-se com a higiene urbana, a importância da rede de recolha seletiva de bio resíduos do Concelho de Almada, dos primeiros passos que estamos a dar. Assim como a criação de Centros de Apoio à Operação Higiene Urbana, onde a Câmara Municipal está a fazer uma pré recolha tentando assim diminuir os depósitos na AMARSUL.

Dar nota também, isto são os grandes tópicos, afinal é transversal, permitindo depois aos Senhores Vereadores poderem desenvolverem, a requalificação, início da requalificação do viveiro do Alto do Índio, um viveiro pedagógico na Sobreda, é isso que nós queremos fazer, juntando aliás, aquele espaço, integrando mais ao nível do espaço dos Capuchos.

Dar nota também, que também está concluído o projeto de requalificação da via dos Capuchos e da via até ao Miradouro, penso que está ou concluído ou mesmo em vias de ser concluindo para podermos lançar a obra.

Temos naturalmente, a implementação do serviço da Biblioteca Itinerante de Almada, que tem sido um sucesso e que tem andado pelo nosso Concelho, estando nós já a pensar em iniciativas conjunta, não basta levar a biblioteca, integrá-la numa série de atividades locais, nomeadamente, para a população mais idosa ou que tem mais dificuldade em deslocar-se e chegar às nossas bibliotecas.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

R

Há naturalmente, o grande evento do “Março à Solta”, que foi mais uma vez um sucesso e que decorreu de 8 de março a 7 de abril com mais de 20 atividades, com mais de 1500 envolvidos entre participantes e organizadores.

Temos também a oferta pública de aquisição de imóveis, continuamos a nossa política de aquisição de imóveis até à data limite de aquisição e de candidaturas ao PRR, tendo assim a nossa política de habitação a todos os níveis, reabilitação, construção mas também aquisição e houve algo muito importante que foi as primeiras ações de realojamento por fim, das Terras da Costa e do Lelo, é a primeira vez também assim como houve realojamentos no 2º Torrão, foi a primeira leva de realojamentos das Terras da Costa que aconteceram de forma absolutamente pacífica e em colaboração com os moradores a quem eu quero dar aqui também uma palavra de apreço assim como aos nossos serviços, ocorreu absolutamente sem incidentes o que é ótimo. E vamos em breve iniciar a segunda fase desse realojamento.

A questão naturalmente, do Agroparque e das terras agrícolas das Terras da Costa.

O grosso da nossa atividade cultural se me permitem, de facto, foi tudo dominado pelas celebrações do 25 de Abril, havemos de debater a Informação Municipal de abril e terei todo o gosto de visitar todas essas questões.

Termino deixando mais uma vez, um convite a todas e todos os Deputados e todas e todos os almadenses para aproveitarem as grandes exposições e atividades que ainda estão em curso já para não falar dos Festival dos Capuchos que se vai iniciar, do Sementes que também se vai iniciar agora e cujo lançamento da programação onde eu estive ontem, e naturalmente, o Festival Internacional do Teatro e depois a nova edição do Sol da Caparica.”

6.2.1.2 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sublinhar algumas matérias relativamente a estes dois meses.

Relativamente à educação, estes dois meses foram essencialmente preenchidos com todo o trabalho de preparação dos espetáculos e das realizações que fizemos para celebrar os 50 Anos de Abril.

A exposição dos trabalhos das crianças que está no átrio do Fórum Romeu Correia, a Assembleia de Delegados e Subdelegados que foi um exercício de participação e cidadania muito importante, mobilizou as escolas do Concelho e que terminou numa sessão em que os alunos com toda a sua autonomia, realizaram com os presentes, uma assembleia onde questionaram a escola que têm, a escola que gostariam e dirigindo um conjunto de perguntas e de propostas que agora continuarão a ser trabalhadas e lhes darão a ideia de que, estando numa fase em quase em que estão a ser eleitores, é importante a participação, é importante perceberem em quem vão votar e que quando são eleitos têm responsabilidades para com aqueles que os elegeram.

Uma terceira realização que ainda não ocorreu, mas o trabalho decorreu agora durante estes últimos 4 meses, que é o espetáculo que realizaremos no sábado no Instituto Piaget, e que tem a ver com uma mostra de tudo aquilo que se faz no Concelho em termos do ensino da música. Através do ensino articulado da música, através do trabalho das atividades de enriquecimento curricular, com as escolas que têm projetos nesta área. Sabemos todos que a música é absolutamente fundamental na formação dos nossos jovens, desenvolve a criatividade, o sentido crítico, facilita a comunicação, aliar isto aos valores de Abril, que foi o que se fez na preparação deste espetáculo que será no sábado e que representará todo o trabalho que foi desenvolvido, quer pelo ensino articulado, quer pelas atividades de enriquecimento curricular, achamos que é uma marca na memória destes jovens, que ficarão para sempre com uma ideia com certeza muito mais clara, do que foi o 25 de Abril e daquilo que ele significou para a sociedade, para o país.

Relativamente ao social, salientar também todo o trabalho que desenvolvemos no âmbito da igualdade, da cidadania, mas essencialmente na concretização da celebração em torno dos direitos da mulher antes do 25 de Abril.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Realizamos uma exposição com visita guiada, que penso que tiveram a oportunidade de visitar, desenvolvemos uma tertúlia com convidados no sentido de se discutir as questões dos direitos da mulher antes do 25 de Abril e aquilo que o 25 de Abril significou em termos da sua afirmação, da sua cidadania, e a homenagem que fizemos no mesmo âmbito a Odete Santos, uma Mulher sempre à frente do seu tempo.

Relativamente à saúde, dizer-vos que foi a última transferência que recebemos, estamos em plena fase de concretização e de diálogo com a unidade local de saúde, sabemos todos que a transferência ocorreu num momento em que também foram criadas as unidades locais de saúde e que isto exige uma afinação muito grande de diálogo, porque há competências que não são nossas que são médicas, mas que, interferem, interagem com competências que são nossas. Dou um exemplo, os circuitos do apoio domiciliário, são uma competência médica da unidade local de saúde, mas os circuitos, os transportes são nossos. Portanto, isto exige aqui um enorme diálogo, uma enorme afinação de estratégias, no sentido de que nós possamos concretizar a nossa competência, não prejudicando aquilo que são os circuitos médicos, mas dentro daquilo que nos está acometido e não numa forma que não seja absolutamente organizada e controlada.

Continuamos a desenvolver a Estratégia Municipal de Saúde com diversas iniciativas e continuaremos. Temos já algumas programadas, mas não foram durante estes 2 meses.

Relativamente à higiene urbana, a Senhora Presidente já aludiu, dizer que toda a nossa preocupação vai no sentido de recolher mais bio-resíduos retirando-os da fração indiferenciada e velar pela qualidade destes resíduos, pela não contaminação, porque disso sabemos que depende o facto de eles poderem ser ou não entregues a custo zero, e portanto, para além dos compostores domésticos e urbanos, as cinco ilhas, que estão uma em cada Freguesia que facilitam a compostagem e os equipamentos que pusemos de controlo para que efetivamente os resíduos orgânicos não seja contaminados.”

6.2.1.3 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Considerando que toda a informação foi disponibilizada aos Senhores Deputados Municipais, apenas queria destacar dois ou três aspetos.

Um relativamente ao trabalho realizado neste período pelo Departamento de Gestão Urbanística, nomeadamente, considerando a entrada em vigor do Simplex Urbanístico, que levou a que de facto, houvesse aqui um trabalho acrescido em articulação com outros departamentos, por forma a garantir a sua efetiva implementação na data prevista legalmente.

Também queria destacar na questão das obras os trabalhos que conduziram ao arranque de uma empreitada localizada na Charneca de Caparica, nomeadamente, a obra do Parque Urbano da Charneca de Caparica.

Também queria destacar, naturalmente em articulação com os SMAS, uma obra que vai longa, mas que de facto irá requalificar um troço importante da 10/1, para além da questão da requalificação rodoviária, a questão sobretudo que tem a ver com o trabalho dos SMAS que irá permitir de facto, garantir que não falte água aos nossos municípios.

Sendo sucinto, tudo o resto, estando naturalmente disponível depois para os esclarecimentos.”

6.2.1.4 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Gostaria nesta minha intervenção e até porque o documento foi naturalmente distribuído aos Senhores Eleitos, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, para vossa apreciação, análise e para que possam plasmar nesse mesmo documento todas as questões que queiram considerar.

Gostaria me focar apenas de forma breve em duas questões.

Uma delas tem a ver com o processo aquisitivo que Almada iniciou, Câmara Municipal, que a Senhora Presidente da Câmara já referiu e com algum detalhe gostaria aqui de dar alguma informação.



Através do Edital nº 290/2023, o Município de Almada tornou pública a abertura de um procedimento de oferta pública para aquisição de imóveis destinados à habitação.

Dar nota que, no âmbito deste procedimento iniciado em outubro de 2023, foram adquiridos sete bens imóveis, destinados à habitação no âmbito da OPA no valor total de 1.305.800,00€ (um milhão trezentos e cinco mil e oitocentos euros) a que corresponde um valor médio por fração de 186.542.66€ (cento e oitenta e seis mil quinhentos e quarenta e dois euros e sessenta e seis cêntimos). Para além disso, em termos de aquisição de frações habitacionais, agregando os imóveis adquiridos por via de dois métodos de aquisição, a OPA e naturalmente o exercício de direitos de preferência, o Município adquiriu até à presente data trinta e um imóveis.

Dar com algum detalhe relativamente a estes imóveis destinados naturalmente à habitação, suprimindo a bolsa e o deficit habitacional que temos e cujo processo aquisitivo compete naturalmente aos serviços da área da minha tutela, os imóveis adquiridos foram quatro de tipologia T1, onze de tipologia T2, treze de tipologia de T3, dois de tipologia T4 e um de tipologia T5.

Relativamente às Uniões de Freguesia ou Freguesia, onde ocorreram as aquisições, respeitam às seguintes localizações: verifica-se que, as aquisições foram distribuídas em seis na União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, treze na União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó, seis na União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, quatro na Freguesia da Costa da Caparica e duas na União de Freguesias de Caparica Trafaria.

Depois dar nota para finalizar, porque considerava que este detalhe era importante relativamente ao investimento que a Câmara Municipal está a fazer para aquisição de imóveis, dar nota que, neste momento ocorreu nas áreas do Serviço Municipal da Proteção Civil, duas questões que consideramos fundamentais para o destino do nosso Concelho.

A aprovação do estudo de risco sísmico muito recentemente aprovado e tornado publico e a manutenção e a continuação de ações de sensibilização, promoção, conhecimento e divulgação dos diferentes riscos à população. Estivemos na rua durante este período, nos Mercados Municipais, a preparar naturalmente a nossa comunidade para um futuro mais resiliente e mais seguro.

É o que me cumpre informar neste momento, sendo certo que o tempo é muito escasso.”

6.2.1.5 – O Senhor Vereador Nuno Matias:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Na questão do turismo, destacar a realização da BTL e da presença qualificada da Câmara Municipal com um stand próprio, para além do stand da Entidade Regional do Turismo. Dar nota de que estamos a esforçamo-nos por acrescentar comunicação estratégica para dar a conhecer Almada em diferentes valências, desde projetos estruturantes, territoriais, mas também a projetos de identificação e de oportunidade de atração como destino, e não é por acaso que Almada tem sido um Município que tem acrescentado e subido o número de dormidas no contexto não só regional mas também nacional, e esse trabalho tem que ser feito também com essa comunicação estratégica.

Dar nota de que, associado a isso, estamos neste momento a finalizar o projeto da sinalética turística e dos roteiros com realidade aumentada, todo o trabalho técnico está neste momento a ser ultimado e já foi contratualizado o projeto.

Dar também nota de que estamos neste momento a finalizar a proposta do Concelho Municipal do Turismo, para poder ser discutido não só com todos os autarcas, mas também com todos os interessados porque é um tema que nos parece relevante para debater toda esta vertente para o futuro.

Dar nota também que, na vertente dos Mercados para além da questão do novo Regulamento Municipal que foi objeto de aprovação, estamos a continuar o Plano de Intervenção Plurianual nos Mercados, e nos últimos tempos, destaco a instalação das portas automáticas no Mercado do Monte de Caparica, bem como os projetos

2.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

que visam melhorar as condições de iluminação quer no Monte de Caparica, quer na Trafaria, quer na Charneca de Caparica, aliás, no caso da Charneca de Caparica foi objeto de aprovação da parceria com a Junta de Freguesia, e estamos a ultimar também o lançamento em conjunto com as obras, toda a vertente conceptual dos concursos de ideias para o Mercado de Almada e da Costa da Caparica.

Dar nota também que, estamos a procurar no âmbito do novo regulamento, finalizar também a atribuição ou o lançamento dos processos para atribuição de novos espaços nos mercados, isso é fundamental.

Destacar também na parte de parques e espaços verdes, o trabalho que foi feito entre janeiro e fevereiro e foi entregue às obras para a execução dos projetos finais para o lançamento dos procedimentos concursais, o projeto da Quinta dos Porfírios na Sobreda, bem como o projeto para o Parque Urbano de Vale Flores de Baixo, para além de estamos a acompanhar também a obra que já está no terreno do Parque Urbano da Charneca de Caparica e dar nota que também foi contratualizado e está a iniciar-se, os trabalhos da terceira fase do Parque Urbano do Pragal, que são as novas estadias, novos caminhos e iluminação noturna.

Como certamente já se aperceberam, temos neste momento pronta também a obra do Parque Dr. Alberto Araújo, que será oficialmente oferecido à população no próximo sábado, mas que neste momento já pode ser usufruído outra qualidade e sobretudo convidado também para o espaço noturno pela nova iluminação, parece que acrescentou também qualidade para ao próprio espaço e fico à disposição para questões que queiram deixar.”

6.2.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Eduardo Geraldês (CDU), Inês Pezarat Bom (BE), Beatriz Leal Ferreira (PSD), Nuno Alexandre Matias (CHEGA), António Pedro Maco (CDS-PP), Marta Cortez Santos (PS), Luís Pedro Durão (CDS-PP), João Eixa Santos (PS), Ana Margarida Lourenço (PS) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.2.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A CDU tinha preparada uma questão sobre a obra que está em curso no IC20, a questão foi aqui colocada pela Senhora Múncipe Inês Pascoal, não vamos repeti-la, mas queremos aqui registar que partilhamos naturalmente a preocupação e sobretudo o desacordo que a Senhora Múncipe aqui nos trouxe e aliás, desacordo que também foi expresso pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, relativamente a esta intervenção no IC20, e partilhamos sobretudo o desacordo porque não entendemos como é que uma intervenção destas pode ser feita em pleno século XXI e em pleno meio urbano.

E lamentamos, que as Infraestruturas de Portugal, a única entidade neste país que podia travar esta obra, não travou e está a permitir que ela prossiga.

Sobre as outras questões.

A CDU recebeu informação sobre o deficiente funcionamento do Crematório do Cemitério de Vale Flores, as denúncias que nos chegaram dão conta da situação anómala, em que se encontra atualmente a funcionar o forno crematório referindo que aquele equipamento representa diversas fugas que levam que os fumos produzidos pelo seu funcionamento, invadam o espaço de trabalho, para além de tornar esse mesmo fumo que sai pela chaminé muito mais escuro.

Segundo as mesmas informações, o Forno Crematório do Cemitério de Vale Flores devia ter sido objeto de uma intervenção de manutenção há mais de anos, mas tal não aconteceu.

O que tem a Senhora Presidente da Câmara Municipal para nos dizer sobre esta matéria?

Regressamos a uma questão aqui muito debatida há cerca de quatro meses.

A situação dos monitores de natação nas piscinas municipais. A verdade é que está a terminar o prazo de cinco meses de contrato celebrado com aqueles monitores ao abrigo do concurso público de emergência então realizado, que foi a solução que a Câmara Municipal encontrou para ultrapassar a recusa do visto do Tribunal



de Contas, ao contrato de desenvolvimento desportivo celebrado com a SFUAP, com aquele mesmo objetivo. No quadro da discussão deste processo, o Senhor Vereador responsável pelo pelouro do desporto, questionado precisamente sobre o futuro após aqueles cinco meses, referiu expressamente ser convicção sua, que o acórdão negativo do Tribunal de Contas seria revertido e que por isso o futuro passava pelo contrato programa de desenvolvimento desportivo com a SFUAP.

O certo é que desde essa altura e até hoje, não tivemos mais notícias sobre esta matéria.

As questões que colocamos à Senhora Presidente, é se o Tribunal de Contas já reverteu o seu acórdão, satisfazendo as expectativas do Senhor Vereador Filipe Pacheco ou em caso negativo e se o Tribunal mantiver a decisão anterior, como pensa a Câmara Municipal assumir a continuidade do serviço municipal a partir do momento em que os atuais contratos com os monitores de natação terminem e que garantias dá aos trabalhadores com contrato válido neste momento?

A última questão que aqui gostaríamos de colocar tem a ver com uma realidade com que nos confrontamos todos os dias neste momento, que é o crescimento de ervas em passeios por todo o Concelho.

A questão é muito direta, é o que pensa a Câmara Municipal fazer para conter e mesmo eliminar este problema, que em alguns locais do Concelho se assemelha muito a uma verdadeira praga?"

6.2.2.2 – A Senhora Deputada Municipal Inês Pezarat Bom (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queria utilizar este período para deixar algumas perguntas à Câmara Municipal e a primeira é exatamente sobre a questão da limpeza e do crescimento indiscriminado de ervas que têm dificultado bastante a mobilidade de alguns munícipes e, portanto, perguntar o que é que a Câmara Municipal pretende fazer para melhorar a limpeza do nosso Concelho.

A seguir queria perguntar que balanço é que a Câmara Municipal faz do trabalho que fez na Cova da Piedade a nível do trânsito rodoviário, porque aquilo a que temos assistido e que nos têm falado os munícipes, é que existe hoje maior confusão, maior congestionamento, mais acidentes do que existia antes, quando naquela zona havia uma rotunda e depois os senhores decidiram substituir por sinais, de facto, queríamos saber se acham que foi uma boa opção, porque aquilo que vemos não indica isso.

A terceira questão que queria colocar era para quando é que o novo Centro de Saúde do Feijó que já foi tantas vezes anunciado e prometido e que continua por cumprir.

Queria também perguntar, se existe alguma perspetiva do que é que será feito da Escola António José Gomes, na Cova da Piedade, que também já levantamos a questão algumas vezes, é uma escola centenária na Cova da Piedade e que neste momento parece estar praticamente ao abandono, os vidros estão partidos, as janelas estão entaipadas, a escola está rabiscada e portanto, gostaríamos de saber qual é que é o projeto, se o projeto é de facto, o abandono deste edifício.

Queríamos dar nota também, de que hoje, o Grupo do Bloco de Esquerda de manhã teve a oportunidade de visitar a Escola da Fonte Santa, fomos recebidos pela Professora Catarina, pelas funcionárias da escola, e aquilo a que assistimos foi uma escola maravilhosa, de grande proximidade com a comunidade, onde os pais sentem uma grande alegria de deixar os filhos, onde os pais são sempre bem recebidos, onde entram na sala e trabalham com a professora. Vimos alunos felizes a brincar no interior e no exterior da escola, e de facto, quando pensamos nas razões que foram apresentadas para o encerramento desta escola, nós estivemos na sala onde supostamente o teto está muito degradado e o teto não nos caiu em cima e penso que, a Senhora Presidente poderá em segurança visitar a escola e a Senhora Vereadora também, que o teto não lhes cairá em cima. Aliás, já visitamos escolas em condições bastante piores do que aquela, mas se de facto existem problemas com as telhas, então, reforçamos que é responsabilidade da Câmara Municipal resolver essa questão.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

As casas de banho também não nos parece uma razão plausível, é facto, que as casas de banho estão viradas para o exterior, mas até tem um telhado à frente, portanto, os meninos não se molham quando vão à casa de banho. Portanto, de facto, esta é uma questão de teimosia política desta Câmara Municipal.

Mas eu queria também dizer que, as questões pedagógicas não são de crença, elas são científicas, e a ciência é baseada em evidências. E as evidências daquela escola, é que os alunos têm bom aproveitamento escolar. Os alunos aprendem, os pais estão contentes, os funcionários gostam de trabalhar na escola, assim como os professores e, portanto, não se encerra uma escola destas, com razões nenhuma aparentemente.

Portanto, queremos apelar mais uma vez ao bom senso da Câmara Municipal, ainda por cima em tão tenra idade, isto é uma escola do 1.º Ciclo, que tem alunos do Jardim de Infância e de 1.º Ciclo, portanto, nesta altura é tão importante que haja escolas de proximidade, na comunidade onde as crianças se sintam acolhidas.

Por último, queria perguntar sobre o projeto do alargamento do metro até à Costa da Caparica, este foi um anúncio que foi feito em altura de campanha eleitoral, foi uma bandeira do Partido Socialista em altura de campanha eleitoral, sabemos que a cor do Governo mudou. Portanto, esta é uma pergunta que eu faço tanto à Senhora Presidente da Câmara como ao Vereador Nuno Matias, sendo que agora temos um Governo do PSD, este projeto é na mesma para avançar, vamos ter efetivamente o metro até à Costa da Caparica ou é mais uma bandeira anunciada que fica por cumprir?”

6.2.2.3 – A Senhora Deputada Municipal Beatriz Leal Ferreira (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em primeiro lugar trago a questão do pagamento das compensações aos membros das mesas de voto das eleições legislativas. Sabemos que este valor vem do Estado Central através da transferência para os Municípios, e que são conhecidos os atrasos neste processo. Esta situação é particularmente preocupante, neste caso considerando que por um lado os cidadãos já cumpriram o seu dever e o pagamento dessa compensação é um direito que lhes é devido e depois porque se avizinham as eleições europeias e muitos destes cidadãos desmotivados com o atraso nos pagamentos das senhas de presença, podem não querer novamente integrar as assembleias de voto.

O PSD lembra que as eleições a 9 de junho é uma data sensível, pela proximidade ao feriado, agrava por si só o problema de mobilização de pessoas. Por isso, perguntamos à Câmara Municipal se já tem previsão para o pagamento das senhas de presença e se o mesmo chegará ainda antes da composição das mesas de voto das eleições europeias?

Em segundo, na Atividade Municipal, no capítulo referente ao Departamento de Projetos e Obras, surge o projeto da Escola Básica e Jardim de Infância Presidente Maria Emília Sousa. Nesta altura em fase de revisão do projeto de execução. Correndo o risco de parecer um pouco obsessiva com as obras do Município, eu fui confirmar o que constava do documento da Atividade Municipal de há um ano atrás, precisamente fevereiro e março de 2023, e encontrei para a mesma obra, projeto de execução validado para lançamento de empreitada. Na Atividade Municipal apresentada na última Sessão Ordinária, ou seja, setembro a novembro de 2023, o ponto da situação era, em curso a revisão de projeto. Que é o mesmo que está à data de hoje. Ou seja, mudou-se ligeiramente a redação, mas aparentemente a situação mantém-se na mesma desde há seis meses. Mantem-se na mesma com uma exceção. Porque se deu início ao procedimento de concurso público para aquisição de contentores para esta escola. Depreendo que seja para fazer face à já reportada falta de salas de aulas. Relembro que a requalificação desta escola foi inscrita no orçamento da Câmara Municipal para 2024, por iniciativa do PSD, e que foi condição da aprovação do documento por parte do PSD.

Mais, a ampliação da Escola Presidente Maria Emília, consta do programa eleitoral do PSD como do PS. Hoje, seis meses depois da aprovação do orçamento, estamos a falar em início de procedimentos para instalar monoblocos. É claro que, com contentores à vista, a obra não se vai dar em 2024 e permita-me o ceticismo, em 2025 é ver para crer. E se para Câmara Municipal ter um orçamento aprovado parece que não é um objetivo, pelo menos que seja objetivo o de dar condições de estudo permanentes e não provisórias às crianças da Charneca de Caparica.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

R.

Pergunto por isso, qual é neste momento, o ponto de situação da requalificação da Escola Presidente Maria Emília de Sousa e qual é o calendário do projeto.”

6.2.2.4 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do Partido CHEGA, traz algumas questões, algumas já anteriormente colocadas e nunca foram respondidas.

Senhora Presidente, pode escusar-se a responder, mas o CHEGA nunca ira deixar de questionar.

Relativamente à situação das instalações de Vale Figueira Parque e os danos provocados, questionamos se já foi lançado o concurso urgente para a reparação e para quando um projeto estrutural para estes edifícios provenientes já desde a Expo 98?

Relativamente à Escola da Fonte Santa, o Grupo Municipal do CHEGA teve o prazer de estar presente na escola com os Deputados eleitos pelo Distrito de Setúbal, fomos lá ver a situação, de facto, fomos recebidos pelos funcionários e pelos professores e fomos recebidos pela comunidade. Uma comunidade ativa que necessita daquela escola, que necessita do apoio dado.

Não conseguimos perceber como é que uma zona como o Porto Brandão que já desde os anos 90, que só tem aquela escola, com o encerramento da escola do Porto Brandão, na Avenida principal, uma zona fustigada por um transporte que melhorou com as queixas que foram trazidas a esta Assembleia Municipal, algumas vezes pelo Partido CHEGA, uma situação que de facto melhorou, mas que ainda é insuficiente e com a escola mais próxima a mais de dezasseis minutos a pé. E a outra escola porque é provável para onde vão a dezanove minutos a pé. Esta é a realidade.

Temos crianças desde os quatro anos, que a escola mais próxima está a vinte minutos num trajeto, que convido a Senhora Presidente da Câmara a ir fazer, que não é confortável de todo. Achamos que esta comunidade precisa de ser protegida de outra forma e precisa de ser acarinhada. Desta forma como está a ser tratado o processo, efetivamente não está a ser.

A escola de facto, tem algumas situações, que nos sete anos em que a Senhora Presidente cá está, já poderiam ter sido tratadas, de facto, a escola está a precisar de uma pintura, está a precisar de alguns arranjos, mas efetivamente, existem escolas no nosso Concelho, que estão em muito piores condições. Portanto, nós agradecemos que fosse reequacionada a situação.

Relativamente à AUGI,s. Senhora Presidente qual é a percentagem total de territórios Urbanos de Génese Ilegal por converter? Quantas AUGI,s ainda existem no Concelho de Almada não resolvidas? Quais são e quantas habitações ainda estão por converter, tem esse número? Quantas já foram convertidas nestes mais de dois anos de mandato?

Relativamente às habitações ilegais. Por todo o Concelho aparecem habitações ilegais e continuam a aparecer, são construídas inclusivamente ao lado de organismos públicos à vista de todos. É esta a mensagem que quer passar aos almadenses? Que é preferível construir o que se quiser, onde se quiser, porque ninguém controla, ninguém age? Por todo o Concelho aparecem novas situações como temos reportado e já reportamos por imagem situações anteriores. Este executivo não percebe que, quantas mais casas ilegais permitir que sejam construídas, mais casas terá que construir para realojar as pessoas condignamente?

Quando nos vai responder sobre as medidas que está a tomar para evitar a proliferação de construções ilegais?

Relativamente à zona da Mutela na Romeira, este local parece uma lixeira a céu aberto, poderia ser um local turístico de Almada, com potencial de se tornar um recurso, e vibrante para a cidade proporcionando benefícios económicos e sociais, ambientais e culturais para a comunidade, neste momento esta abandonada, rodeada de mato, tem frigoríficos, tem uma quantidade de despejos de monos e entulho, que projetos tem a Câmara Municipal para revitalizar esta zona e para promover atividades recreativas?

2



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

E finalmente, neste momento, aquilo que será a minha última intervenção da noite, não poderia deixar antes das celebrações do 1º de Maio, permitam-me elogiar todos os trabalhadores, enaltecendo este dia, que procura relembrar a necessidade de lhes restituir o seu valor e a sua dignidade. É com sentido de dever que afirmamos que o CHEGA estará a sempre ao lado da defesa e promoção do trabalho e dignidade dos trabalhadores e das classes profissionais, quer do setor público, quer do setor privado.”

6.2.2.5 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, o CDS voltou no seu discurso do 25 de Abril, a falar neste tema e vai voltar a falar até que a Senhora Presidente cumpra aquela promessa que fez na Sessão da Assembleia Municipal em 2018, à Liga dos Ex-Combatentes.

A Senhora Presidente cada vez que o CDS questiona relativamente à promessa que fez, em homenagear os antigos combatentes, e eu relembro que a maior parte senão todos os antigos combatentes que foram para a guerra do Ultramar, não eram voluntários, eram obrigados.

Portanto, não conseguimos perceber onde é que está o preconceito, onde é que está o estigma, com estes jovens que foram mandados pelo Estado Novo para combater numa guerra estúpida. E a Senhora Presidente que homenageia tudo e todos, desde o cão ao periquito, hasteia a bandeira a tudo e mais alguma coisa, com todo o respeito, e depois, mantém o seu estigma de nem sequer responder aos antigos combatentes e o que é que pretende fazer com esta homenagem.

Portanto, Senhora Presidente, muito calmamente, mais uma vez, e virei aqui todas as vezes que foram necessárias, perguntar à Senhora Presidente, porque é que não cumpre com a promessa que fez à Liga dos Combatente e os Combatentes na Assembleia Municipal.

Depois outro tema que também já foi aqui falado, é relativamente à Escola da Fonte santa. O CDS tem informação no terreno, de como já foi aqui dito também, relativamente ao estado em que a escola se encontra e pelos vistos não é aquele cenário que foi traçado aqui quer por parte da Senhora Presidente, quer por parte da Senhora Vereadora, nomeadamente, relativamente ao telhado. Mas se a Câmara Municipal já trouxe aqui a esta Assembleia o estado em que o telhado se encontra, gostaríamos de saber com certeza, como é que tiveram essa informação, se foi através de relatórios, qual foi a entidade que esteve disponível a fazer esta verificação? Gostaríamos de ter informação relativamente à escola.

Depois, um tema que nós temos conhecimento e que já foi falado pela Senhora Presidente ao longo de algum tempo, tem a ver com aquele imóvel que está junto à Praia da Rainha, que era do ICNF. Portanto, gostaríamos de saber em que pé está esta mesma situação visto que, pelos vistos o imóvel está abandonado, qual é a finalidade que a Câmara Municipal pretende dar a este mesmo imóvel, e sabemos que há pretensões por parte da Associação de Banhistas nomeadamente, a Associação Caparica Marques, que tem um trabalho meritório relativamente a esta matéria, e que aguarda que possa haver novidades relativamente a esta matéria para que possamos dar condições, para quem nos visita possa também ter uma praia saudável e em segurança.

Ainda voltando atrás, foi também outra questão que o CDS já colocou salvo erro três vezes e vou colocar a 4ª vez, qual é a finalidade do imóvel, isto se realmente encerrar a Escola da Fonte Santa, qual é a finalidade deste imóvel? Sabemos no terreno em que está, sabemos que há alguns projetos ali para a zona, portanto, com certeza não vamos deixar a escola devoluta. A Câmara Municipal, as instituições públicas são instituições de bem, dirigidas por pessoas de bem, portanto com certeza, que terá uma finalidade justa para aquele mesmo imóvel.

Para terminar, Senhora Presidente, eu vou lhe perguntar isto com todo o respeito, desta forma, a Senhora Presidente porventura, costuma passear por Almada? Pelas ruas de Almada? Aliás, é bem perto do seu Gabinete, estou a falar do Miradouro, temos ali um elevador, a Senhora Presidente já viu como se encontra o Miradouro do Rio? Completamente degradado, grafitado, abandonado, e se nós temos um Jardim do Rio que foi muito bem feito, e precisa de alguma manutenção, nomeadamente a questão dos grafitis, alguma iluminação, e penso que alguém também sugeriu alguma vídeo-proteção, mas isso é discutível, mas de qualquer forma, aquilo que o CDS



aqui pergunta é se a Senhora Presidente tem passeado pelo Miradouro do Rio, que é um Miradouro muito bonito, que é o ex-libris da cidade, tem uma excelente vista para Lisboa, os Lisboenses nem imaginam a vista que têm da sua própria Cidade, portanto, aqueles que nos visitam e bem, que são muitos, são muitos turistas que nos visitam, passam por aquele Miradouro onde outrora existiu uma esplanada, existiu um café que funcionava e neste momento acho que envergonha qualquer munícipe, qualquer almadense, verificar como se encontra o estado.

Há pouco, o Senhor Vereador Nuno Matias falou na questão da sinalética, eu penso que e esperemos que, aquela sinalética turística que lá está, também seja contemplada com todo este programa visto que é uma pena, já trabalhou, neste momento não funciona. Gostaríamos de saber porque é que este território está assim tão abandonado?"

6.2.2.6 – A Senhora Deputada Municipal Marta Cortez Santos (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Acho que, face ao que foi dito, também é preciso perceber que na atividade administrativa, há sempre um caminho a percorrer. Há sempre espaço para melhorar, mas também é necessário acompanhar aquilo que é executado, e elevar aquelas que são as boas iniciativas.

Com a conclusão do primeiro trimestre do ano, impõem-se a nossa análise daquele que foi o trabalho feito por este executivo em fevereiro e março e a forma como esse trabalho afeta a vida da população do nosso Concelho.

No que diz respeito à habitação, foi feita uma oferta pública de aquisição de vários imóveis com o objetivo de dar cumprimento à Estratégia Local de Habitação, que visa erradicar os núcleos precários e as situações de habitação indigna.

Foi introduzida uma plataforma informática de gestão integrada, que permite uma gestão mais eficiente e uma centralização dos dados. Além disso, o Município tem participado ativamente no PRR, submetendo várias candidaturas para aquisição, construção e reabilitação de habitações, refletindo o investimento significativo no seu parque habitacional.

Em termos de regulamentação foi finalizado também com sucesso o período de consulta pública do Regulamento Habit’Almada, solidificando as bases para uma gestão habitacional mais robusta. Tem ainda sido feito um esforço no sentido de uma implementação eficaz do Simplex Urbanístico, com ações de formação e adaptações de procedimentos, que procuram garantir que as necessidades da população sejam atendidas de forma mais célere, sustentável e responsável.

Ao nível da saúde, projetos como os desafios sustentáveis e o programa Vida Saudável, focados na promoção da saúde e no aumento da literacia sobre a mesma, juntamente com a utilização estratégica de outros projetos nomeadamente, a Unidade de Saúde Móvel, são exemplos de uma ação interventiva, que opera numa lógica de prevenção e não apenas de reação.

Na mesma ótica é feito um investimento no desporto, tanto no apoio à realização de projetos e eventos que promovem a participação dos cidadãos e a divulgação dos estilos de vida saudáveis, como na aquisição de materiais e acessórios para a reabilitação e beneficiação dos equipamentos desportivos municipais ao serviço da nossa população.

No campo ambiental, verifica-se que a Câmara Municipal tem estado a adotar uma série de medidas estratégicas para transformar Almada num Cidade mais sustentável.

Destacam o programa Almada Vamos Compostar, a atribuição dos talhões das hortas da Quinta do Almaraz e as hortas do Laranjeiro, que são espaços de comunidade destinados à prática da agricultura biológica e sustentável, e ainda a instalação de soluções fotovoltaicas eficientes em edifícios municipais.

O Município também se fez representar em eventos internacionais afirmando o seu compromisso com o Pacto Verde Europeu, lançou programas com O Meu Bairro, e neste momento encontra-se a desenvolver o



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

planeamento da rede ciclável de Almada, medidas que incentivam a redução do espaço automóvel e ao mesmo tempo fomentam a mobilidade sustentável.

Adicionalmente, foram implementadas iniciativas de conservação da biodiversidade e educação para a sustentabilidade, forçando a integração e a consciencialização da comunidade nas práticas ambientais corretas, e no desenvolvimento dos espaços verdes urbanos.

No âmbito da cultura, este Município tem trabalhado incansavelmente, para assegurar o acesso universal à cultura, refletindo um compromisso profundo com a inclusão e o enriquecimento cultural de todos os nossos cidadãos.

A implementação da Semana da Leitura e a operacionalização da Biblioteca Itinerante de Almada, a BIA, são alguns dos esforços ilustrativos do objetivo de democratizar o acesso ao conhecimento e à literatura, garantindo que toda a população independentemente das suas condições socioeconómicas possa beneficiar e usufruir destes recursos.

Uma diversificada oferta de programação cultural para todas as idades, desde encontros com escritores almadenses, e projetos como as bibliotecas humanas, até aos workshops, oficinas e exposições que os nossos museus contaram nestes meses com o Almada 50 Anos de Liberdade, 29 de Cidadania, são iniciativas de valorização local que promovem o pensamento artístico e que beneficiam fortemente quem habita o nosso Concelho.

Além disso, investiu-se também na expansão de serviços, nomeadamente da nossa biblioteca que inclui o acesso ao Catálogo Online, e a extensão do horário, criando um espaço de estudo 24 horas para os muitos estudantes do Concelho, o projeto Biblioteca até às Tantas.

Ao nível da educação, além do acompanhamento que foi feito na delegação de competências, do Município aos diretores das escolas, foi apresentado também à DGEST e aos agrupamentos a proposta da rede escolar para o ano letivos 2024-2025, com novas salas de aulas, alteração das tipologias e uma análise à oferta formativa ao nível do Secundário que é extremamente importante.

Salienta-se ainda, a proposta de programa preliminar para a construção de um pavilhão desportivo na Escola Secundaria Francisco Simões, que há muito que precisa deste equipamento.

Para finalizar, ainda neste texto, gostaria de destacar o projeto Surf no Bairro para Todos, os esforços empenhados no sentido de colaborar com as escolas para a educação inclusiva e o sucesso educativo, à auscultação das escolas para a realização de residências artísticas, nomeadamente, na Emídio Navarro e também na Francisco Simões, no âmbito do Plano Nacional das Artes, e a Assembleia de Delegados e Subdelegados de Turma que já foi aqui referida do Ensino Secundário que promove a cidadania e a participação democrática entre os nossos jovens.

E como comecei termino, a governação autárquica é uma caminhada que nunca termina, é uma evolução em sentido positivo da qualidade de vida das nossas populações e do seu bem-estar.

O Partido Socialista em Almada tem-se comprometido, tem-se empenhado e tal como está à vista executa e continuará a executar.”

6.2.2.7 – O Senhor Deputado Municipal Luís Amado Durão (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Pretendo ser breve e apenas quero colocar duas questões ao executivo, que o PSD considera pertinentes para a nossa Cidade.

A primeira questão é relativa ao estado atual da criação de um Juízo de Paz em Almada, sendo a sua existência considerada importante para este executivo e para esta Assembleia? Aliás, foi aprovada uma moção apresentada pelo PSD há cerca de 2 anos sobre esta matéria. A verdade é que até agora não se observa grandes desenvolvimentos sobre este processo.



Assim, questionamos a Câmara Municipal para perceber quais os próximos passos para a implementação de um Julgado de Paz na nossa Cidade, da forma mais célere possível, dando assim, mais um passo na desburocratização da Justiça. Assim, diretamente perguntamos, quando é que os almadenses podem aceder a um Julgado de Paz na sua Cidade?

A segunda questão prende-se com o calendário para efetuar as obras necessárias de requalificação dos estaleiros municipais de Vale Figueira? Os pavilhões dos estaleiros de Vale Figueira, onde se encontra uma parte dos serviços operacionais desta Câmara Municipal, foram uma reutilização das antigas estruturas da Expo 98 e projetadas originalmente como estruturas temporárias, mantiveram-se definitivas até aos dias de hoje. No entanto, devido ao passar do tempo e às condições climatéricas, o estado dos pavilhões tem se deteriorado, problemas de infiltração e humidade, têm afetado o desempenho dos trabalhadores municipais que lá operam.

Ao longo dos anos, o problema tem sido remendado através da aplicação de camadas de isolamento que atenuaram temporariamente a situação, mas não resolvem em definitivo o problema estrutural.

Em 2021, a situação dos estaleiros de Vale Figueira tornou-se insustentável, com a impossibilidade de isolamento consistente que evite infiltrações severas, isso levou à inutilização de algumas salas e causou sérios constrangimentos na gestão de armazém municipal.

Em decorrência da humidade e dos danos por infiltrações na área do secretariado, alguns funcionários foram transferidos para outras salas ou espaços municipais. Além disso, foram constatados graves problemas de infiltração no armazém principal, o que tem causado ineficiências na gestão dos stocks e dificuldades na manutenção de um inventário preciso.

O degradar destas infraestruturas tem gerado níveis de stresse e ansiedade para os trabalhadores do armazém e outros, que em dias de mau tempo precisam de ir ao estaleiro fora de horário de trabalho para proteger o património municipal.

Por fim, a quantidade de água das chuvas que escorre pelas paredes junto aos quadros de instalações elétricas, também constituem um risco de segurança no trabalho, aumentando a probabilidade de curtos-circuitos e incêndios.

Assim, o PSD pede esclarecimentos sobre a demora da intervenção nesta estrutura crítica para o Município de onde dependem tantos serviços municipais e questionamos quando estará previsto o início das obras de requalificação.”

6.2.2.8 – O Senhor Deputado Municipal João Eixa Santos (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Encontramo-nos na apreciação da Atividade Municipal de fevereiro a março, portanto, cabe a esta Assembleia Municipal pronunciar-se sobre a ação do Município no referido período que, se por um lado reflete o programa eleitoral do Partido Socialista, às Eleições Autárquicas, as Grandes Opções do Plano e as decisões políticas, por outro, são também o espelho do esforço e dedicação dos serviços do Município em todas as frentes. Na que vou destacar ao longo da minha intervenção, mas também nas outras áreas que, por economia de tempo não será possível, mas que quero desde já agradecer especialmente aos serviços mais administrativos, que pela natureza das suas funções, não são muitas vezes reconhecidos, e aliás, são ridicularizados como se o estudo, o diagnóstico e o planeamento, fossem menos importantes do que a execução mais visível de qualquer ação.

No que diz respeito à apreciação propriamente dita deste documento, constata-se que, sob a liderança do Partido Socialista, na área da juventude, como nas outras áreas, o Município segue em bom ritmo. Em março o Concelho de Almada vibrou com “Março à Solta”, destacando-se por uma diversificada programação que incluiu concertos, jantares temáticos, limpezas de praia e outros eventos que atraíram uma notável participação pública.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

De realçar, que muitas das atividades foram propostas em sede da comissão criada no Conselho Municipal de Juventude, o que evidência a parte de projetos como o Orçamento Participativo Jovem, a importância que este Município atribui à gestão juvenil e à participação efetiva e plena dos jovens na decisão política.

E por isso, não é de estranhar o compromisso da Câmara Municipal, com a formalização das Associações de Estudantes no Registo Nacional de Associações Jovens. São também estas medidas a parte da resposta pública às necessidades juvenis, que contribuem para a redução da atratividade jovem a projetos políticos vazios, mas perigosos, que quando confrontados com o eleitorado cada vez mais informado, são reduzidos à sua verdadeira insignificância democrática e dimensional.

São órgãos como o Conselho Municipal de Juventude que incentivam a participação jovem, configurando como uma plataforma propensa à sinergia entre a participação política convencional, aquela que todos nós aqui praticamos, com as formas de participação política informal que não são menos importantes.

Destacamos que por proposta deste órgão, a Câmara Municipal iniciou um projeto de distribuição de Kits de higiene menstrual, com produtos reutilizáveis pelas escolas do Concelho.

É por isso, que saudamos este órgão, pela realização da sua 10ª Sessão não deixando de desafiar os jovens conselheiros e o executivo municipal, a pensarem em novas formas de aprofundamento no quadro deste órgão, talvez como primeira sugestão, incorporando algumas abordagens do anterior Fórum Municipal de Juventude, mas sempre salvaguardando o cumprimento do quadro legal.

É também de realçar que, no ano em que se comemora os 50 anos de políticas nacionais de juventude, com a Instituição do Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis, a 30 de abril de 1974, este Município avance com o Plano Municipal de Juventude que, a parte do Plano Nacional de Juventude, deverá conter uma visão holística e transversal das políticas públicas para jovens. Da participação à habitação, emprego, voluntariado, ambiente e outras áreas dentro da atuação e competência municipal.

Termino afirmando, que estes esforços não são isolados, mas parte de uma estratégia coesa que o Partido Socialista tem vindo a implementar desde 2017.

Cada ação, cada projeto, cada iniciativa, é um passo em direção a uma Almada mais justa, mais tolerante e mais democrática.”

6.2.2.9 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Assistimos aqui a algumas intervenções dos diversos partidos aqui representados, e eu pedi palavra porque julgo que era importante que o Deputado Municipal do CDS, especificasse o que é que quer dizer com o “hastear bandeira a tudo e a todos”, porque a forma e o desdém com que afirmou esta frase, de alguma forma evidência alguns valores mais discriminatórios e não inclusivos, com os quais nós obviamente, não nos revemos e que era importante que a parte da sua defesa pela homenagem e justa homenagem e que o próprio Partido Socialista também defende e que a própria Senhora Presidente já aqui disse como muito bem mencionou aos Ex-Combatentes, não significa que outras homenagens e que outras ações sejam menos meritórias. E a forma como se referiu “hastear de bandeiras a tudo e a todos”, era bom que especificasse perante toda a Assembleia Municipal ao que é que se estava a referi concretamente, só para clarificar.”

6.2.2.10 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu acho que fui claro, a palavra “tudo e todos é tudo e todos”, é “tudo e todos”, menos os Ex-Combatentes, inclusivamente, “o cão e o periquito”.

A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço já nos habituou a este tipo de número, portanto, eu vou lhe responder assim: é “a tudo e todos”, menos aos Ex-Combatentes. Portanto, já na última reunião da



Assembleia Municipal a Senhora Deputada Ana Margarida Lourenço do Partido Socialista fez este número com outro Partido. E, portanto, vai ficar com esta resposta: “é tudo e todos”. Com certeza que é tudo e todos.”

6.2.2.11 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu volto a referir que o Senhor Deputado António Pedro Maco do CDS-PP, não fez referência e não utilizou a expressão “fazer uma homenagem, ou homenagear”, ou qualquer outra coisa, que podia ser mais genérico. Para tudo e para todos, para o cão e o periquito como diz. O senhor Deputado António Pedro Maco falou especificamente de hastear bandeiras a tudo e a todos, e são poucas as ações em que a Câmara Municipal, faz uma homenagem a hastear a bandeira. Portanto, não queira desvirtuar aquilo que disse e aquilo que efetivamente quis dizer. Portanto, é bom que clarifique, porque o Senhor Deputado não falou de homenagens, falou de hastear bandeira. Portanto, é bom que tenha a coragem, já que foi buscar essa expressão, que nem é muito utilizada pelo Município neste Concelho, para prestar homenagens, é bom que clarifique o que é que queria dizer e ao que é que se estava a referir. Se não o quiser fazer, pode não o fazer, mas acho que todos aqui nesta sala, principalmente aqueles que conhecem e acompanham a atividade do Município, sabem perfeitamente ao que é que se estava a referir e permita-me que lhe diga, é uma questão que só lhe fica mal a si e mais nenhum dos presentes.”

6.2.2.12 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Deputada Ana Margarida Lourenço do Partido Socialista, eu volto a dizer eu fui claro e específico, acho que falei em português, não falei noutra língua, “a tudo e todos”, infelizmente menos aos Ex-Combatentes.

E volto a dizer, a Senhora Deputada do Partido Socialista, costuma fazer este tipo de número, mas o CDS não vai cair no seu número.”

6.2.2.13 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu agora até escrevi as respostas para tentar responder a quase tudo.

Relativamente ao IC20, já respondi acho que não vale a pena voltar.

Relativamente à SFUAP, aguardamos resposta do Tribunal de Contas, mas os serviços já estão a trabalhar numa possibilidade alternativa que irá na próxima ou nas duas próximas reuniões de Câmara.

O Forno Crematório o procedimento, já foi lançado e está em curso, aliás, penso que me chegou hoje uma autorização de plurianuais, porque já está a decorrer.

A limpeza das ervas, é uma matéria mais complexa, não sei se num minuto poderei passar à Senhora Vereadora Teodolinda, mas Senhores Deputados, tendo abolido o glifosato, é evidente que o corte de ervas é mais complicado. Neste momento a União Europeia voltou a autorizar. Eu estou totalmente disponível se houver vontade, para trazer aqui uma proposta para ver se querem a reintrodução do glifosato, eu da minha parte votarei contra, mas eu sou democrática.

Portanto, é evidente que o corte anual de ervas é sempre mais complicado de que atirar veneno para os passeios com o prejuízo da saúde dos nossos trabalhadores e dos nossos munícipes.

Portanto, demora mais tempo, aqui como em todos os Municípios que aboliram o glifosato e sim, é um esforço maior para as equipas e é mais longa a remoção das ervas. Mas assumimos essa questão. Serão todas cortadas, estão todas em curso. Se quiserem a reintrodução do glifosato façam uma proposta a esse nível e pomos à votação.

Centro de Saúde do Feijó, o projeto de arquitetura está em curso, a bom ritmo, já entregamos a candidatura com o pré-projecto, que é uma realidade.

8.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A Fonte Santa, eu não vou retomar o debate não tenho tempo.

O metro até à Costa da Caparica, já fizemos um pedido de audiência ao novo Ministro, tínhamos já uma reunião marcada com o Metro de Lisboa, para a execução do projeto tal como já anunciei e para fecharmos o protocolo. Não o foi na semana passada por razões de saúde de um membro da administração, será para a semana, aguardamos da parte deles.

As mesas de voto. A Câmara Municipal vai adiantar as verbas, mas como sabe precisamos sempre do avale do Governo, e sem o Governo não conseguimos.

Vale Figueira, parte já foi arranjada, as salas já foram todas arrançadas e os tetos. O projeto para as novas coberturas está em curso, estará finalizado nas próximas semanas, portanto, também está a funcionar.

Liga dos Combatentes. Já foi acordado com a Associação o Local, estamos a finalizar o caderno de encargos para o lançamento de um projeto, do concurso de ideias e projetos de artistas, vamos convidar uma série de artistas a apresentarem um projeto porque queremos de facto, que seja um monumento que passe a ser um marco em Almada.

Relativamente à Boca do Vento, como sabem, está em curso, estamos a aguardar a resposta da CCDR para a questão da Arriba que precisa de obras urgentes. Tivemos inclusivamente de interditar a estrada que está muito condicionada e tivemos que retirar peças e trabalhadores do Museu Naval.

Ou seja, é verdade, o elevador é fundamental. Dizer que o Edital aguarda publicação para lançarmos a hasta pública para novo arrendamento, mas é verdade, que eu não sei se será um grande sucesso se entrarmos com obras muito pesadas nos acessos que permitem também a viabilidade económica daquele espaço. Preocupamo-nos a banalização, naquele espaço como noutros. Dizer que, o concurso a hasta pública não foi ainda lançado porque, entretanto, tivemos as intempéries e tivemos a questão da Arriba, tivemos que fazer o projeto da Arriba e aguardamos neste momento resposta de CCDR, para poder lançar a obra porque aquilo apesar de tudo é paisagem protegida.

A propósito de paisagem protegida, o edifício do ICNF, estava previsto e está previsto, a que aquele edifício possa ser adaptado para colocarmos ali a sede da cogestão da paisagem protegida, é verdade que, no meio de tantas obras e de tantos projetos e de tanto PRR, é verdade, que a certa altura, o ICNF ainda não nos respondeu, o edifício não é nosso, mas perguntou-me o que é que lá estava previsto, é isso que está previsto.

Como já referi, não está previsto nada para a Escola da Fonte Santa, eu não vou debater nem tenho tempo para as questões pedagógicas, disse e bem, é científico, portanto, eu confio nos especialistas que fazem a avaliação disso. Dar nota que alguns serviços da Câmara Municipal já foram visitar o espaço.

Não, não vai ser um condomínio do Innovation District, vai ser e é isso que nós temos estado a ver, aliás, no âmbito do esforço de reabilitação, de requalificação e de levar atividades para o Porto Brandão, agradecendo aliás, aos nossos parceiros privados, eles são os detentores do espaço, mas a redinamização que eles têm feito em Porto Brandão, é nesse sentido também que queremos usar aquele edifício, o serviço de cultura sei que já foi visitar, temos estado a pensar em várias possibilidades, naturalmente, o destino que for dado à escola, comunicaremos de imediato quais são as nossas propostas.

Agradecer naturalmente, aos Deputados do PS, a quem eu praticamente nunca respondo para ter tempo para responder às outras questões, todas as perguntas e os comentários feitos.

A Escola Maria Emília, é verdade, nós neste momento, tivemos também que forçar muito os prazos para as duas novas escolas que foram definidas como prioritárias ao nível do PRR, que é a António Gedeão e é novo centro escolar da Trafaria, dito isto, reconhecendo a urgência e o projeto está ali, não conseguimos é ir a toda a parte, mas reconhecendo a urgência e a necessidade, é verdade estamos a adquirir monoblocos qualificados e especializados, para poder responder às necessidades das crianças da zona com qualidade. Não significa isso que, não queiramos lançar, mas é verdade que tivemos que fazer um esforço grande neste momento para poder assegurar as duas candidaturas que foram definidas para Almada como prioritárias, na esperança que depois



**MUNICÍPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

também a resposta seja célere. E vamos entregar em maio os dois projetos que já estão a ser feitos com base nos dados que o Governo anterior ainda nos forneceu e esse pedido entrou no ano passado.”

6.2.2.14 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, agradecer as respostas dadas.

Ouvi com atenção as respostas que a Senhora Presidente deu, nomeadamente, em relação ao projeto dos Ex-combatentes.

Senhora Presidente, a questão é que a Senhora Presidente disse em 2018, que em 2020 haveria o monumento de homenagem. Houve a pandemia é certo, mas Senhora Presidente, já passaram quatro anos e o que é certo é que nós ouvimos constantemente a Senhora Presidente a falar nos projetos, está feito o estudo, estamos a lançar o projeto, este é o exemplo. É que a Senhora presidente vem sempre aqui à Assembleia Municipal, vai às Comissões, fala em projetos que já falou no mandato passado.

O CDS não percebe porque é que não executa, porque é que não coloca em prática esses projetos, este e outros.”

7 – Concluiu-se a ordem de trabalhos pelas 23H45, tendo-se dada por concluída a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, tendo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitado aos Senhores/as Deputados/as que fosse dada como aprovada a minuta da ata.

8 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros, dos/as Vereadores/as Senhores/as Maria Teodolinda Silveira, José Pedro Ribeiro, Francisca Baptista Parreira, Débora Figueiredo Rodrigues, Nuno Matias, António Sousa Matos, José Luís Matos, Helena Azinheira, Tiago David Galveia e Filipa Lourenço Cruz.

9 – Foi verificada a presença de cerca de vinte munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

10 – Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE

O 1º SECRETÁRIO

A 2ª SECRETÁRIA

